

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DO
VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES PARA A
GESTÃO FINANCEIRA - UM ESTUDO DE CASO**

ADIVANE SIMONINI SOARES

FLORIANÓPOLIS – SC

2010

ADIVANE SIMONINI SOARES

**A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DO
VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES PARA A
GESTÃO FINANCEIRA - UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profº Dr. Sérgio Murilo Petri.

FLORIANÓPOLIS – SC

2010

ADIVANE SIMONINI SOARES

**A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DO
VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES PARA A
GESTÃO FINANCEIRA - UM ESTUDO DE CASO**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Sérgio Murilo Petri, Dr. (Orientador)
Departamento de Ciências Contábeis

Professor Altair Borget, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis

Professor Nivaldo João dos Santos, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis

FLORIANÓPOLIS – SC

2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Sérgio, que ainda nas Faculdades Barddal, me incentivou e motivou a aprofundar ainda mais minha pesquisa e principalmente, meu conhecimento.

Às minhas colegas de classe, Fernanda e Mítilla, pelo afeto e pelos momentos de alegria durante a nossa jornada acadêmica.

Ao meu pai, Adelar, e minha mãe Diva Maria que com muito carinho me ensinaram o que é a vida.

Agradeço imensamente a minha irmã, Ariane, com certeza sem a sua ajuda, o seu apoio e seu estímulo eu encontraria mais dificuldades para chegar aonde cheguei.

Agradeço especialmente ao meu marido Mauro Felipe, que sempre esteve ao meu lado me dando força nos momentos difíceis, me acompanhando nos momentos de alegria e de sofrimento. Para ele vai o todo o meu amor.

Muito obrigada a todos!

“(...) Nunca deixe que lhe digam
Que não vale a pena Acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém
Tem gente que machuca os outros
Tem gente que não sabe amar
Mas eu sei que um dia a gente aprende
Se você quiser alguém em quem confiar
Confie em si mesmo
Quem acredita sempre alcança”.

Renato Russo

RESUMO

SOARES, Adivane Simonini. **A Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos complementares para a gestão financeira – Um Estudo de Caso.** 2010. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Esta monografia tem a finalidade de mostrar a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos complementares para a gestão financeira, em função das informações que estes demonstrativos podem fornecer. Para identificar essa afirmativa, foi feita uma análise dos principais demonstrativos contábeis de uma empresa do Sul do Brasil, e em especial uma análise específica da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado. Para isso foram obtidas as Demonstrações Contábeis publicadas pela empresa, sendo primeiramente aplicados índices de liquidez sobre o Balanço Patrimonial e posteriormente a realização de uma análise sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, verificando-se que as informações obtidas no Balanço Patrimonial podem ser melhor detalhadas através da análise dos demonstrativos referidos. Foi constatado que a DFC e a DVA são instrumentos que podem enriquecer a análise financeira tradicional, pois trazem um maior detalhamento dos motivos que levaram à alteração de determinados índices de liquidez. O presente tipo de análise poderá ser feito nos demonstrativos de qualquer outra empresa, desde que estas elaborem a DFC e a DVA, pois estes demonstrativos descrevem de uma forma detalhada os fluxos do caixa e a distribuição dos recursos obtidos pela empresa. Concluiu-se que a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, quando analisadas em conjunto com as demais demonstrações contábeis, podem contribuir para o resultado das empresas, tendo em vista o caráter complementar de suas informações.

Palavras-chave: Demonstração dos fluxos de caixa. Demonstração do valor adicionado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço Patrimonial	21
Quadro 2: Demonstração do fluxo de caixa – métodos direto e indireto.....	26
Quadro 3: Composição do Caixa e Equivalente de Caixa (Conciliação entre DFC e BPO)	27
Quadro 4: Demonstração do Valor Adicionado.....	30
Quadro 5: Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).....	33
Quadro 6: Comparativo das vantagens e desvantagens da DOAR e da DFC.....	35
Quadro 7: Análise horizontal	39
Quadro 8: Quadro de análise da DFC - Empresa Exemplo.....	51
Quadro 9: Síntese dos índices sobre a DFC	51
Quadro 10: Quadro de índices que o valor adicionado aparece no numerador - Empresa Exemplo..	55
Quadro 11: Quadro de índices que o valor adicionado aparece no denominador - Empresa Exemplo	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Demonstrações Contábeis.....	19
Figura 2: Balanço Patrimonial	45
Figura 3 : Análise do Balanço Patrimonial	47
Figura 4: Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	50
Figura 5: Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa.....	52
Figura 6: Demonstração do Valor Adicionado	55
Figura 7: Análise da Demonstração de Valor Adicionado (índices do denominador)	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	10
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1	Objetivo geral	11
1.2.2	Objetivos específicos	11
1.3	JUSTIFICATIVA	12
1.4	METODOLOGIA	13
1.5	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA ANÁLISE	16
2.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS <i>VERSUS</i> NÃO OBRIGATÓRIAS	18
2.2.1	O balanço patrimonial (BP)	20
2.2.2	A demonstração dos fluxos de caixa (DFC)	22
2.2.3	A demonstração do valor adicionado (DVA)	27
2.2.4	A demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR)	31
2.3	CONFRONTO ENTRE DFC E DOAR	34
2.4	PRINCIPAIS ÍNDICES DE ANÁLISE AO UTILIZAR A DFC E A DVA	36
2.5	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	40
3	ESTUDO DE CASO	42
3.1	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA EXEMPLO	42
3.2	ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	43
3.2.1	Capacidade de pagamento a curto prazo	45
3.2.2	Capacidade de pagamento a longo prazo	46
3.2.3	Capacidade de pagamento em prazo imediato	47
3.3	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	48
3.3.1	Explicação sobre a demonstração dos fluxos de caixa (modelo indireto)	48
3.4	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO (DVA)	53
3.5	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	56
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
4.1	GENERALIDADES.....	60
4.2	ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS	60
4.3	LIMITAÇÕES	61

4.4	RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	62
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Diariamente, os responsáveis pela administração das empresas tomam decisões importantes para o sucesso do negócio. Por isso, há necessidade de dados e informações corretas, de subsídios que contribuam para a tomada de decisão. Decisões tais como comprar ou alugar uma máquina, preço de um produto, contrair uma dívida a longo prazo ou curto prazo, quanto de dívida será contraída, reduzir custos, produzir mais, entre outros.

O autor Marion (2009, p. 25) lembra que a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões:

Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Dois desses relatórios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), serão utilizadas nesta pesquisa para exemplificar a sua complementação na gestão financeira de uma empresa exemplo.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta a problematização e os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a metodologia, a delimitação, e sua estrutura.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O controle e o planejamento financeiro das empresas tornam-se cada vez mais necessários para atender às exigências do mercado, devido ao crescimento da globalização no âmbito dos negócios. Nesse sentido, pode-se mencionar a utilização da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como instrumentos de gestão, que aliado aos demais relatórios contábeis e gerenciais, pode auxiliar na tomada de decisão.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é uma demonstração que evidencia a movimentação financeira de uma empresa em um determinado período de tempo, permitindo maior controle das disponibilidades, dos pagamentos e recebimentos em dinheiro, e é dividida em atividades operacionais, de investimentos

e pagamentos. Por essa razão, é uma peça importante para o planejamento financeiro das empresas (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2010).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. A riqueza gerada pela empresa, medida no conceito de valor adicionado, é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2010).

Mesmo antes de sua obrigatoriedade no Brasil, algumas empresas já vinham apresentando a DFC e a DVA em conjunto com as demais demonstrações contábeis, principalmente para investidores externos.

Diante do que foi abordado, questiona-se: **qual a contribuição da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos complementares para a gestão financeira de uma empresa?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar a contribuição da DFC e da DVA como instrumentos complementares de gestão financeira.

A seguir serão apresentados os objetivos específicos deste trabalho monográfico.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA);

- Estruturar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) da empresa exemplo, e mostrar também seus índices de avaliação;
- Mostrar a contribuição da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para a gestão financeira de uma empresa.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância desta pesquisa é enfatizar a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como instrumentos para os profissionais que atuam na área administrativa, contábil e financeira das empresas proporcionarem eficiência dentro do contexto de controle em finanças.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tornam-se atualmente, dois instrumentos interessantes no controle dos recursos financeiros de qualquer entidade.

Assim, se desperta o desejo de pesquisar sobre o presente tema para que se possa buscar um maior conhecimento sobre o mesmo, bem como, demonstrar através da presente pesquisa a relevância desses instrumentos para obtenção de bons resultados no setor financeiro das entidades.

O presente trabalho poderá contribuir para que as empresas em geral tenham consciência dos benefícios da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) bem gerenciados, com finalidades de manter um nível de liquidez, que permita saldar os compromissos assumidos nos prazos estipulados sem a necessidade de recorrer a capital de terceiros, tornando-os essenciais na programação financeira e que possibilite a empresa planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar tanto os recursos financeiros quanto as aplicações das atividades ativas.

É interessante relatar que a presente pesquisa proporciona uma visão mais ampla do funcionamento da administração e da contabilidade dentro do controle das

finanças de uma entidade, fazendo com que esta pesquisa seja de grande valia para o crescimento profissional.

1.4 METODOLOGIA

Ao desenvolver uma pesquisa, Beuren (2006, p.76), enfatiza que “no rol dos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo”.

Para se obter os resultados esperados é necessário usar métodos, o qual é definido por Silva (2010, p.33) “como etapas dispostas ordenadamente para investigação da verdade, no estudo de uma ciência para atingir determinada finalidade”. Então nesse estudo se utilizará o método dedutivo, Silva (2010, p.35), interpreta como transformação de enunciados universais em particulares, ou seja, a partir de uma teoria constatar na prática os seus resultados.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Silva (2010, p.59), “tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis”, assim este trabalho proporciona uma melhor visão para conhecer e entender o problema, descrevendo como a empresa exemplo está produzindo as suas informações sobre os fluxos de caixa e no aspecto ambiental e social.

Ainda quanto aos procedimentos, também poderá ser classificada como uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2007, p. 41):

[...] estas pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. [...] embora seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso.

Portanto, a pesquisa exploratória abrange o referencial já tornado público sobre o tema em estudo, dentre esses livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica vai ser utilizada nos procedimentos, pois Silva (2010, p.54), indica que consiste em explicar e discutir um tema ou problema com base em referenciais teóricos já publicados em livros, revistas, periódicos, artigos científicos e

outros. Os resultados encontrados com essa fonte bibliográfica contribuirão para a concretização do trabalho científico. Também será usada a pesquisa documental, para analisar a documentação da empresa selecionada, Silva e Grigolo apud Beuren (2006), explicam que essa técnica consiste em selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, para depois tentar extrair conclusões que possam ser úteis para o estudo.

Para abordagem da questão, a pesquisa quantitativa é válida, por que a mesma segundo Beuren (2006, p.92), “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Dessa maneira ela torna-se importante para conhecer a natureza de assuntos analisados nesse trabalho.

A técnica de coleta de dados se baseará na pesquisa-levantamento que consiste segundo Silva (2010, p.56), “na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada de forma clara e direta, dos quais se objetiva saber o comportamento”.

A população consiste em uma empresa do sul do Brasil. Já a amostra será por conveniência que segundo Beuren (2006), é um tipo de amostragem onde o pesquisador obtém os dados a que tem maior facilidade de acesso, por isso da escolha dessa organização. Serão analisadas a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado da empresa exemplo no período de 2008 a 2009.

Enfim, para a realização do presente trabalho de título: **a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos complementares para a gestão financeira – Um Estudo de Caso**. Serão obedecidas três fases: levantamento de dados; organização dos dados coletados; e por fim as conclusões sobre o estudo de caso.

1.5 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O estudo delimita-se às informações coletadas das demonstrações contábeis referente aos anos de 2008 e de 2009 da empresa exemplo, legislação pertinente

sobre o assunto até a data de 30/06/2010, além de estudos e pesquisas publicados anteriormente por outros colegas.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo encontra-se dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo a introdução e os objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo contém o referencial teórico onde se contextualiza as demonstrações contábeis aqui estudadas e demais conceitos pertinentes.

No terceiro capítulo, será apresentado o estudo de caso a cerca do trabalho em questão.

No quarto capítulo tratará das conclusões finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os conceitos de Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, bem como das demais informações pertinentes sobre a presente pesquisa.

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA ANÁLISE

Para fins de atendimento dos usuários da informação contábil, a empresa deverá apresentar suas demonstrações contábeis (também usualmente denominadas "demonstrações financeiras") de acordo com as normas regulamentares dos órgãos normativos. As demonstrações contábeis fornecem informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. Elas também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados. Tais informações, juntamente com outras constantes das notas explicativas às demonstrações contábeis, auxiliam os usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da entidade.

O principal objetivo da contabilidade é prover dados, informações, relatórios para pessoas físicas ou pessoas jurídicas tomarem decisões. Para auxiliar nesta árdua tarefa, Marion diz que:

o relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Objetiva relatar às pessoas que se utilizam da contabilidade (usuários da contabilidade) os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período (MARION, 2009, p. 41).

Esses relatórios contábeis são também conhecidos por *informes contábeis*. Entre os relatórios contábeis, os mais importantes são as *demonstrações financeiras* (terminologia utilizada pela Lei das Sociedades por Ações), ou *demonstrações contábeis* (terminologia preferida pelos contadores).

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que, ao fim de cada período social (12 meses), a diretoria fará elaborar (e deverá publicar), com base na escrituração contábil, as demonstrações financeiras (ou demonstrações contábeis) relacionadas a seguir:
Balanço Patrimonial (BP);
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAc);
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (se companhia aberta)
(MARION, 2009, p. 41).

Além das demonstrações acima relacionadas, as *notas explicativas*, são complementos às demonstrações, sem serem demonstrações contábeis. São dispostas no rodapé das demonstrações contábeis.

Marion (2009, p. 42) ainda diz que pela legislação do Imposto de Renda, as Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada deverão seguir dos dispositivos das Sociedades Anônimas. Embora não seja necessária a publicação das Demonstrações Contábeis por parte das LTDAS, deverão essas empresas estruturar suas demonstrações nos moldes da Lei das Sociedades por Ações, para melhor atender às exigências do Imposto de Renda.

Por ter baixos custos e sua legislação ser relativamente simples, o tipo societário mais comumente utilizado é a sociedade limitada, dando aos sócios maior liberdade de impor seus interesses.

Fazendo um paralelo sobre o assunto, existe ainda, a necessidade de discorrer sobre a análise das demonstrações contábeis, que é de extrema importância gerencial, pois é através delas que se extrai o máximo de informações possíveis para que sirvam de subsídio à tomada de decisão dos sócios. Para Silva (2005, p. 23), “a contabilidade é a linguagem dos negócios e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação que nos fornecem dados e informações para diagnosticarmos o desempenho e a saúde financeira da empresa”.

Além dos gestores, existem outros usuários e interessados na análise das demonstrações contábeis, como os administradores, credores, investidores, bolsa de valores e governo.

Os critérios para a elaboração das demonstrações contábeis são definidos por órgãos específicos de cada país. No Brasil esse órgão é o Conselho Federal de Contabilidade, o CFC, que expede as normas gerais sobre temas contábeis.

Há outros órgãos oficiais brasileiros, como a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, o BCN - Banco Central do Brasil, a STN - Secretaria do Tesouro Nacional e os TCU - Tribunais de Contas da União, dentre outros, que podem expedir normas específicas para as instituições por eles fiscalizadas.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS *VERSUS* NÃO OBRIGATÓRIAS

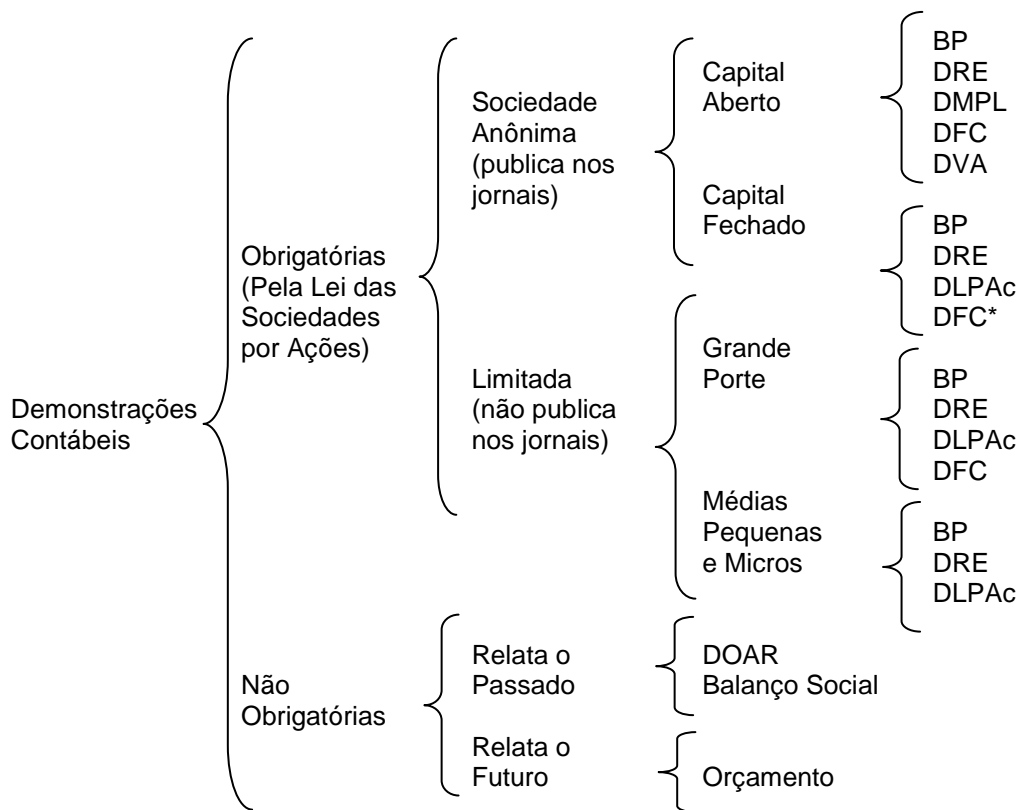
Em função da globalização dos mercados com o advento do Mercosul e do interesse por parte de novos investidores internacionais orientados por analistas de mercado, dois novos demonstrativos, embora não sejam obrigatórios para todas as empresas, vêm sendo divulgados por algumas delas: a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, que serão apresentadas mais adiante. Em seguida serão apresentadas as demonstrações obrigatórias e as não obrigatórias.

Marion (2009, p. 43) discorre que existem dois tipos de sociedades de extremo destaque no Brasil: as sociedades limitadas e as sociedades anônimas ou por ações, também conhecidas como companhias.

As sociedades anônimas – que devem publicar as demonstrações contábeis – são divididas em capital aberto e capital fechado. A companhia fechada é um tipo tradicional, normalmente restrito a pequenos grupos e capta recursos entre os próprios acionistas, não recorrendo ao público em geral. A companhia aberta é um tipo de sociedade cuja captação de recursos é realizada junto ao público, por meio dos pregões das bolsas de valores (MARION, 2009, p. 43).

Há exigências específicas para as companhias abertas no que tange às demonstrações contábeis. Assim, estas companhias deverão apresentar além das demonstrações normais, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Esta última a DMPL substituirá a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAC). Existem ainda, as demonstrações contábeis não obrigatórias (não exigidas por lei) como a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Orçamentos, etc., que são fundamentais para as decisões empresariais (MARION, 2009, p. 43).

Assim, podem-se apresentar os relatórios contábeis em diversos grupos, sejam eles obrigatórios ou não obrigatórios, conforme a ilustra a figura 1 abaixo:



* Obrigada a publicar nos jornais quando o Patrimônio Líquido for maior que R\$ 2milhões

Figura 1: Demonstrações Contábeis

Fonte: Adaptado de MARION (2009, p. 44).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), conforme o Portal de Auditoria (2010) passaram a ser dois relatórios obrigatórios pela contabilidade para todas as sociedades de capital aberto ou ainda no caso da DFC com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Esta obrigatoriedade vigora desde 01.01.2008, por força da Lei 11.638/2007, e desta forma tornaram-se dois importantes relatórios para a tomada de decisões gerenciais.

Ainda conforme o Portal de Auditoria (2010), a Deliberação CVM 547/2008 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03, que trata da Demonstração do Fluxo de Caixa. De forma condensada, esta demonstração indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. Assim como a Demonstração de Resultados de Exercícios, a DFC é uma demonstração dinâmica e também está contida no balanço patrimonial, pois a Demonstração do Fluxo de Caixa irá indicar quais foram às saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

E, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) 3.7 a qual trata sobre a Demonstração do Valor Adicionado, define a DVA como um Demonstrativo Contábil que visa evidenciar de uma forma clara e objetiva os dados e as informações sobre o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição da mesma em determinado período de tempo.

A seguir, discorre-se acerca dos principais aspectos das seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), além de outros aspectos importantes sobre essas demonstrações.

2.2.1 O balanço patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é a principal demonstração contábil, reflete a posição financeira, econômica e patrimonial de uma empresa em determinado momento. O balanço apresenta os ativos (bens e direitos) e passivos (exigibilidades e obrigações) e o patrimônio líquido, que é resultante da diferença entre o total de ativos e passivos.

Segundo Iudícibus et al. (2010, p. 02), “o Balanço Patrimonial (BP) tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”.

Para Marion (2009, p. 44):

[...] é a principal demonstração contábil, pois reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado. É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e a pagar em determinada data.

E, para Matarazzo (2010, p. 26):

[...] o Balanço Patrimonial é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – ativo – assim como as obrigações – passivo exigível – em determinada data. A diferença entre ativo e passivo é chamada patrimônio líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente.

O artigo 178 da Lei nº 6.404/1976 - Lei das sociedades por ações, alterada pela Lei 11.638/07 e MP 449/08, estabelece que “no Balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de

modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

No Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: **Ativo circulante**; e **Ativo não circulante** - dividido em Ativo realizável a longo prazo e Ativo permanente – este último subdividido em Investimentos, Ativo imobilizado, Ativo intangível e Ativo diferido. Já no Passivo, as contas serão classificadas segundo a ordem decrescente de exigibilidade, nos seguintes grupos: **Passivo circulante** e **Passivo não circulante** – dividido em Passivo exigível a longo prazo e **Patrimônio líquido** - dividido em Capital social, Reservas de Capital, Reserva de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados (IUDÍCIBUS et al., 2010, p. 03). Conforme demonstra o quadro 1 abaixo:

Balanco Patrimonial	
Ativo	Passivo
CIRCULANTE	CIRCULANTE
NÃO CIRCULANTE Realizável a longo prazo Investimentos Imobilizado Intangível	NÃO CIRCULANTE PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Reservas de lucros (-) Ações em tesouraria Prejuízos acumulados
Total do Ativo	Total do Passivo

Quadro 1: Balanço Patrimonial

Fonte: IUDÍCIBUS et al. (2010, p. 03).

Além disso, o balanço mostra apenas os fatos registráveis, ou seja, os fatos mensuráveis em moeda corrente, como compras, vendas, pagamentos, recebimentos, depósitos, débitos em conta, despesas incorridas, receitas faturadas, etc., deixando de lado alguns fatos importantes, como marcas e patentes, participação no mercado, imagem, tecnologia etc. (MATARAZZO, 2010, p. 28).

Robert Newton Anthony apud Matarazzo (2008) afirma que o balanço mostra as fontes de onde provieram os recursos utilizados para a empresa operar – Passivo e Patrimônio Líquido; e os bens e direitos em que esses recursos se acham investidos. Essa definição põem em evidencia os termos fontes e investimentos de recursos, o que é muito desejável para a análise de balanços,

visto que analisar balanços, é em grande parte, avaliar a adequação entre as diversas fontes e os investimentos efetuados.

É interessante notar que o ativo mostra o que existe concretamente na empresa. O passivo exigível e o patrimônio líquido mostram a origem dos recursos que se acham investidos no ativo. É preciso lembrar também, que o balanço mostra apenas os fatos registráveis, segundo os princípios contábeis, ou seja, os fatos objetivamente mensuráveis em dinheiro, como compras, vendas, pagamentos, recebimentos, depósitos, débitos em conta, despesas incorridas, receitas faturadas etc., deixando de lado uma séria inumerável de fatos, como marcas, participação de mercado, imagem, tecnologia etc (MATARAZZO, 2008).

Enfim, o Balanço Patrimonial é não mais do que uma “fotografia” instantânea do valor patrimonial de uma empresa numa determinada data. Em outras palavras, o Balanço apresenta aquilo que a empresa tem e que pode utilizar na sua atividade, e aquilo que a empresa deve num determinado momento; a diferença entre o que a empresa tem e o que deve representa o seu valor.

2.2.2 A demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

De forma condensada, esta demonstração indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa em determinado período e, ainda, o resultado do fluxo financeiro conforme se discorre a seguir. Assim como a demonstração de resultados do exercício, a DFC é uma demonstração dinâmica e também está contida no balanço patrimonial. A demonstração dos fluxos de caixa, conforme será estudado neste tópico, irá indicar quais foram às saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC), segundo Ludícibus et al. (2010, p. 565), até a publicação da Lei nº 11.638/07, não era obrigatória no Brasil, exceto em casos específicos. No entanto, o Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, por meio da NPC 20, de 20 de abril de 1999, e a CVM - Comissão de Valores

Mobiliários, já recomendavam que tal Demonstração fosse apresentada, como informação complementar.

Ainda segundo Ludícibus et al. (2010, p. 565), em dezembro de 2007, a legislação societária brasileira, Lei nº 6.404/76, foi modificada pela Lei nº 11.638, que trouxe a obrigatoriedade da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa em substituição à demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR). A DFC deve ser preparada segundo as orientações do CPC 03, o qual foi elaborado com base na norma internacional de contabilidade IAS 7 – Statements of Cash Flows – e muito se assemelha à norma norte-americana FAS 95 – Statements of Cash Flows.

Ludícibus e Marion (2008, p. 111) afirmam que, “a demonstração de fluxos de caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e, ainda o resultado do fluxo financeiro”, considerando que o caixa engloba as contas caixa e bancos, mostrando então as entradas e saídas de valores monetários.

Para Marion (2009, p. 452), não devemos analisar o fluxo de caixa dessa forma, estática, verticalmente como são apresentados, uma vez que essa não é a realidade das empresas.

Essa demonstração tem a característica de evidenciar as transações que efetivamente movimentam o caixa. O que poderia ser uma característica controvertida. O registro de movimentações de caixa é muito dinâmico; a demonstração de fluxo de caixa, tal qual as demais demonstrações, é estática, ou seja, reflete um determinado momento ou, mais propriamente dizendo, um determinado saldo disponível e reportado (MARION, 2009, p. 451).

Matarazzo (2010, p. 233) menciona que a DFC é uma das demonstrações financeiras mais úteis, apesar de só a partir da Lei 11.638/07 passar a ser divulgada pelas empresas brasileiras. Ele ressalta o uso imprescindível da DFC, pelo fato de que, quase sempre, os problemas de insolvência ou liquidez ocorrem por falta de uma adequada administração do fluxo de caixa, e que muitas empresas vão à falência por não saberem administrar seu fluxo de caixa.

Conforme Ludícibus et al. (2010, p. 565) o objetivo principal da DFC é prover informações importantes sobre pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos em um determinado prazo, ajudando assim, na análise da capacidade da empresa de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilização desses fluxos.

Ainda segundo Iudícibus et al. (2010, p. 565 e 566) ao avaliar a DFC juntamente com as demais demonstrações podem permitir que os usuários das empresas avaliem:

a capacidade de gerar fluxos positivos;
a capacidade de honrar compromissos;
a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira;
a taxa de conversão de lucro em caixa;
a performance operacional de diferentes empresas;
o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimentos e de financiamento.

Para o cumprimento de sua finalidade Iudícibus et al. (2010, p. 565 e 566) diz que a DFC deve:

[...]evidenciar o efeito periódico das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento, nessa ordem; evidenciar separadamente, em Notas Explicativas que façam referência à DFC, as transações de investimento e financiamento que afetam a posição patrimonial da empresa, mas não impactam diretamente os fluxos de caixa do período; conciliar o resultado líquido (lucro/prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.

Por sua vez, Thiesen (2000, p.10) complementa explicando que a DFC “permite mostrar, de forma direta ou mesmo indireta, as mudanças que tiveram reflexo no caixa, suas origens e aplicações”.

A seguir, discorre-se a respeito dos grupos de atividades evidenciados na DFC.

Atividades Operacionais – são aquelas não consideradas como atividades de financiamento e investimentos, e se relacionam com atividades de produção e entrega de bens e serviços (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Atividades de Investimentos – têm relação com o acréscimo e redução dos ativos de longo prazo utilizados para a produção de bens e serviços e aplicações financeiras (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Atividades de Financiamentos – caracterizam-se pela obtenção de recursos de terceiros para aquisição de bens ou para saldar dívidas (IUDÍCIBUS et al., 2010).

No Brasil, a DFC atualmente é usada apenas para controle interno, poucas empresas a publicam juntamente com as suas demonstrações contábeis. Para a sua elaboração, existem duas formas possíveis: o método direto e o método indireto que se diferenciam pela forma como são apresentados os recursos provenientes das operações, e que serão apresentados a seguir.

O Financial Accounting Standard Board (FASB), através da FAS-95, incentiva mas não exige a utilização do método direto. Com relação às transações originadas em atividades de investimento ou financiamento, tanto pelo método direto como pelo indireto não apresentam diferença na demonstração do fluxo de caixa.

Marion (2009, p. 456), afirma que “a demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto é também denominada fluxos de caixa no sentido restrito”, nela são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos oriundos das operações ocorridas no período para a avaliação das disponibilidades no período. Ela exige um amplo controle de todos os lançamentos, porque esse modelo possui um poder informativo bastante superior ao método indireto, sendo o melhor para a empresa e para os investidores.

Na seqüência, o quadro 2, apresenta o modelo de demonstração do fluxo de caixa pelos métodos direto e indireto, adaptados de Ludícibus et al. (2010, p. 114).

PELO MÉTODO DIRETO	PELO MÉTODO INDIRETO
Companhia X Demonstração de Fluxos de Caixa, ano X1	Companhia X Demonstração de Fluxo de Caixa, ano X1
Atividades Operacionais	Atividades Operacionais
Recebimento de clientes	Lucro líquido
Recebimento de juros	(+) Depreciação
Duplicatas descontadas	(-) Lucro na venda de imobilidade
Pagamentos	Lucro ajustado
<ul style="list-style-type: none"> • a fornecedores de mercadorias • de impostos • de salários • de juros • despesas pagas antecipadamente 	Aumento em duplicatas a receber
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	Aumento em PECLD
Atividades de Investimento	Aumento em duplicatas descontadas
Recebimento pela venda de imobilizado	Aumento em estoques
Pagamento pela compra de imobilizado	Aumento em despesas pagas antecipadamente
Caixa Líquido Consumido nas Atividades De Investimentos	Aumento em fornecedores
Atividades de Financiamento	Redução em provisão para IR a pagar
Aumento de capital	Redução em salários a pagar
Empréstimos de curto prazo	Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais
Pagamento de dividendos	Atividade de Investimento
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	Recebimento pela venda de imobilizado
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente – Caixa	Pagamento pela compra de imobilizado
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X0	Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X1	Atividade de Financiamento
	Aumento de capital
	Empréstimo de curto prazo
	Distribuição de dividendos
	Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento
	Aumento Líquido nas Disponibilidades
	Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X0
	Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X1

Quadro 2: Demonstração do fluxo de caixa – métodos direto e indireto.

Fonte: IUDÍCIBUS et al. (2010, p. 114).

Ainda para Marion (2009, p. 456 e 457), a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto é também denominada fluxos de caixa no sentido amplo, pois consiste em estender à análise dos itens não circulantes – passivo e ativo circulante – excluindo, as disponibilidades. Desta forma não evidencia as diversas entradas e saídas de dinheiro do caixa, mas fornece uma visão ampla dos itens que não afetam

as disponibilidades como as despesas antecipadas, provisão de imposto de renda, etc., tornando-se assim, o modelo preferido por aqueles que elaboram esta demonstração, pois muito se assemelha à DOAR.

Segundo Ludícibus et al. (2010, p. 578), não se pode esquecer:

[...]que existe a necessidade de divulgação em Notas Explicativas do valor dos juros e impostos de renda e impostos de renda pagos no período, caso seja utilizado o **método indireto**, bem como da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, no caso da utilização do **método direto**.

A DFC é elaborada de duas formas: pelo método direto, onde são classificados os recebimentos e pagamentos da empresa utilizando as partidas dobradas; e no método indireto, que concilia o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações. A seguir o quadro 3, representa a Composição do Caixa e Equivalente de Caixa (Conciliação entre DFC e BPO), que foi adaptado de Ludícibus et al. (2010, p.114).

Composição do Caixa e Equivalente de Caixa (Conciliação entre DFC e BPO)		
	31/12/X0	31/12/X1
Caixa	-	-
Banco	-	-
Aplicações Financeiras	-	-
Total	-	-

Quadro 3: Composição do Caixa e Equivalente de Caixa (Conciliação entre DFC e BPO)
Fonte: IUDÍCIBUS et al. (2010, p. 114).

Enfim, a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) é um extraordinário instrumento de análise financeira das empresas se elaborada e utilizada adequadamente, permitindo à contabilidade desempenhar mais eficientemente o seu papel de principal guia na seleção e tomada das mais adequadas decisões econômicas.

2.2.3 A demonstração do valor adicionado (DVA)

Será apresentada na seqüência a demonstração do valor adicionado (DVA), que é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores

correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição.

O conceito de valor adicionado, para Santos (2003, p. 35), é definido como componente importantíssimo do Balanço Social, e deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade.

Marion (2009, p. 512) afirma que:

[...]o balanço social visa dar informações relativas ao desempenho econômico e social da empresa para a sociedade em geral, tais como: quantidade de funcionários (entrando e saindo), gastos com treinamento, benefícios sociais espontâneos etc., e nesse contexto o principal item do Balanço Social é o valor adicionado.

A demonstração do valor adicionado, ainda conforme Santos (2003, p. 35), pode ser elaborada com base em dados vindos da Contabilidade, portanto, extraídos, de registros, efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que poderão ser obtidos principalmente na demonstração do resultado do exercício (DRE), mas que jamais poderá ser confundida com ela.

Percebe-se que na DRE, o foco é o lucro líquido, pois os principais interessados são os proprietários, já na DVA a distribuição da riqueza gerada pela empresa obedecerá ao critério do beneficiário da renda. Assim, a distribuição será apresentada entre os detentores de capitais, acionistas e financiadores externos, os trabalhadores, destacando-se os salários e encargos e, a parte destinada ao governo na forma de impostos, que podem ser municipais, estaduais ou federais.

Através da DVA, para Kroetz (2000, p. 42), “é possível perceber a contribuição econômica da entidade para cada segmento com que ela se relaciona. Constitui-se no Produto Interno Bruto (PIB) produzido pela organização”.

De acordo com Santos (2003):

Quanto à importância da DVA, parece que é inquestionável seu auxílio no cálculo do PIB e de indicadores sociais extremamente importantes. As decisões de investimentos por áreas, regiões, Estados, etc. terão nessa demonstração excelente instrumental para auxiliar na solução de conflitos. [...] os efeitos da apresentação de uma DVA são bastante importantes, pois possibilitarão uma análise que de forma alguma poderia ser alcançada apenas com as demonstrações tradicionais que a Contabilidade hoje oferece. A apresentação da riqueza gerada e a forma de sua distribuição poderão até mesmo derrubar determinados mitos. Identificar entre os agentes econômicos quais são os maiores, ou menores, beneficiários passa a ser uma tarefa possível dentro da empresa. A DVA indicará exatamente a forma de distribuição da riqueza gerada (SANTOS, 2003, p. 36 e 37).

Segundo Neves e Viceconti (1998, p. 261), “no Brasil, embora seja incipiente a sua utilização e divulgação, ela costuma ser inserida por um grupo seleto de empresas como informação adicional nos relatórios de Administração ou como Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras”.

A seguir é apresentado o quadro 4, um modelo da Demonstração do Valor Adicionado:

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITA		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custo de produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)		
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5 – 6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração Direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – FGTS		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.3 – Estaduais		
8.2.4 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.4 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 – Juros sobre capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos/Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só por consolidação)		
*O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7		

Quadro 4: Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: Adaptado de MARION, 2009, p. 514.

Portanto a Demonstração do Valor Adicionado fornece uma visão bem

abrangente sobre a real capacidade de uma empresa produzir riqueza e sobre a forma como distribui essa riqueza entre os diversos fatores da produção. Por isso é um poderoso instrumento auxiliar do Balanço Social, já que a empresa estará mostrando à sociedade o quanto contribui para a geração de riquezas no país e como as parcelas agregadas são distribuídas pelos diversos agentes econômicos que a ajudaram a efetivar a produção: trabalhadores, governo e capitais de terceiros.

A importância da DVA está em sua capacidade de fornecer uma visão bem abrangente sobre a real capacidade da entidade em produzir riqueza e sobre a forma como se distribui esta riqueza entre os diversos fatores que contribuíram para geração de tal.

Assim muitas empresas, preocupadas com a imagem que ela possa estar passando para a sociedade em geral, começaram a demonstrar no Balanço Social através da DVA, como é feita a distribuição das riquezas geradas. Contribuindo assim para a melhoria de sua imagem pública.

2.2.4 A demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR)

No presente tópico será abordada a DOAR, que indica as modificações na posição financeira das empresas. Os financiamentos estão representados pelas origens de recursos, e os investimentos pelas aplicações de recursos, sendo que o significado de recursos aqui não é simplesmente o de dinheiro, ou de disponibilidades, pois abrange um conceito mais amplo; representa capital de giro líquido que, na denominação dada pela lei, é capital circulante líquido.

A demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR), de acordo com Lustrosa (1997), começou a ser utilizada de fato, no Brasil, no início de 1978, quando a Lei nº 6.404/76 começou a vigorar. Ainda hoje muitos de seus conceitos permanecem incompreendidos por grande parte dos usuários das informações contábeis.

Para Ludícibus et al. (2010, p. 05) com o advento da Lei nº 11.638/07 esta demonstração deixou de ser obrigatória, onde a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) tornou-se obrigatória, vindo assim, substituí-la. Para as pessoas do meio, já

era notável que a DOAR, que não era obrigatória, estava aos poucos sendo substituída pela DFC.

A demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR), segundo Marion (2009, p. 481), explica a variação do Capital Circulante Líquido (Capital de Giro Próprio ou Capital de Giro Líquido) ocorrida de um ano para outro, ajudando assim, a compreender como e por que a posição financeira mudou de um exercício para outro.

E, Ludícibus et al. (2010, p. 05), trata sobre o conceito de demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) da seguinte forma:

[...]procura evidenciar as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo e as aplicações de recursos que consomem essa folga. As origens dos recursos são subdivididas em geradas pela própria empresa, por suas operações, e obtidas dos sócios e emprestadas a longo prazo de terceiros. As aplicações incluem a destinação para dividendos, as aplicações em ativos permanentes e de longo prazo e as utilizações para devolução dos empréstimos tomados a longo prazo de terceiros ou sua transferência para o Circulante.

Para exemplificar, é apresentada a estrutura da demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR), adaptada da obra de Marion (2009, p. 496):

1. Origens de Recursos		31-12-X2	
Das Operações			
Lucro Líquido do Exercício			
+ Depreciação, Amortização e Exaustão			
(±) Variação Cambial			
(±) Participação (Equivalência Patrimonial)			
= Lucro Ajustado			
Dos Acionistas			
Integralização do Capital em Dinheiro			
De Terceiros			
Novos Empréstimos			
Novos Empréstimos			
Alienação de Itens do Imobilizado			
Venda de Itens de Investimento			
Total das Origens			
2. Aplicações de Recursos			
Aquisição de novos itens do Imobilizado			
Aquisição de novos Investimentos			
Pagamentos de Financiamentos			
Distribuição de Dividendos			
Total das Aplicações			
3. Aumento/Diminuição do CCL (Origens-Aplicações)			
4. Mutação no Capital Circulante Líquido			
DISCRIMINAÇÃO	SALDO 31-12-X1	SALDO 31-12-X2	AUMENTO (OU DIMINUIÇÃO)
Ativo Circulante			
Passivo Circulante			
Capital Circulante			

Quadro 5: Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

Fonte: Adaptado de MARION (2009, p. 496).

Enfim, fazendo uma análise superficial da literatura referente a DOAR, os seus defensores argumentam que esta demonstração possui uma grande capacidade analítica, pois são da maior relevância para se analisar uma empresa, é o relatório financeiro que as expressa melhor; e, por isso, sua análise permite superar muita das deficiências da análise feita apenas do Balanço e Demonstração de Resultado do exercício.

2.3 CONFRONTO ENTRE DFC E DOAR

Conforme já descrito, as demonstrações em questão no presente item possuem objetivos distintos, porém convergentes em seus fins. Mesmo assim, ainda existem divergências quanto ao uso de uma em detrimento da outra como fonte de informações para a tomada de decisão.

Lustrosa (1997, p. 15) defende a manutenção de ambas as demonstrações, pois juntas “têm um efeito sinérgico, isto é, cada um passa a ter uma importância maior do que seria se analisado individualmente”.

Para Marion (2009, p. 499), “a demonstração dos fluxos de caixa é considerada muito mais fácil que a DOAR, principalmente quando a DFC for o modelo direto”. O modelo indireto é mais complicado, porém apresenta algumas vantagens relação à DOAR. Mas ao analisar a utilidade e capacidade preditiva a DOAR é mais completa que a DFC.

Apresenta-se no quadro 6, os prós e contras de cada uma das demonstrações.

VANTAGENS	
DOAR	DFC
<p>Fornecer informações que não constam em outras demonstrações;</p> <p>Possibilita melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa;</p> <p>Destinada a mostrar a compatibilidade entre a posição financeira e a distribuição de lucros;</p> <p>É uma demonstração mais abrangente, por representar as mutações em toda a posição financeira;</p>	<p>Oferece maior facilidade de entendimento por visualizar melhor o fluxo dos recursos financeiros;</p> <p>Existe tendência mundial de adotar o fluxo de caixa em detrimento da DOAR, pela utilização de uma linguagem comum;</p> <p>Utiliza um conceito mais concreto, crítico em qualquer empresa, necessário nos curtos prazos;</p> <p>É necessário para prever problemas de insolvência e, portanto, avaliar o risco, o caixa e os dividendos futuros;</p>
DESVANTAGENS	
DOAR	DFC
<p>Não é fundamentalmente financeiro, pois aceita ativos não monetários, como os estoques e as despesas antecipadas;</p> <p>O resultado é afetado pelo método de avaliação de ativos não monetários;</p> <p>Seu uso não tem sido pesquisado de forma científica, inclusive nos países de pesquisa contábil desenvolvida;</p> <p>Apresenta modificações internas do Capital Circulante Líquido de forma residual;</p> <p>Trabalha com o conceito abstrato de capital circulante líquido ou de folga financeira de curto prazo, cuja utilidade está sendo duramente questionada.</p>	<p>Não existe consenso sobre que conceito de caixa utilizar. Uns aconselham caixa e bancos; outros usam também títulos de curto prazo;</p> <p>Apresenta volume de informação menor que a DOAR;</p> <p>Pode ser tão manipulável como qualquer outra informação contábil;</p> <p>Existe tendência de utilização do fluxo de caixa pelo método indireto, apesar desta metodologia não ser a mais recomendada;</p> <p>A maquiagem (window dressing) também ocorre na DFC, a partir do momento em que a empresa atrasa conscientemente seus recebimentos e pagamentos, na tentativa de melhorar o fluxo de caixa num período específico.</p>

Quadro 6: Comparativo das vantagens e desvantagens da DOAR e da DFC

Fonte: Adaptado de QUINTANA, SAURIN e SERAFIN in Revista de Ciências da Administração – v. 5, nº 10, jul/dez 2003.

A principal diferença entre estas duas demonstrações refere-se ao fato da DOAR ser elaborada com base no conceito de capital circulante líquido, dentro do regime de competência, apresentando, portanto, a disponibilidade de médio prazo enquanto que a Demonstração do Fluxo de Caixa baseia-se no conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa (recebimentos/pagamentos).

Conclui-se que em termos analíticos pode-se dizer que o Fluxo de Caixa é

mais detalhado e completo para o gestor, para uma visão mensal. Por outro lado, a DOAR possibilita analisar a geração potencial de circulante em períodos maiores. Outro aspecto importante a ser destacado é que, apesar de alguns autores salientarem a complementariedade destas demonstrações, a exclusão quase sempre prevalece. Algumas obras acham que a divulgação concomitante pode gerar confusão entre os usuários.

2.4 PRINCIPAIS ÍNDICES DE ANÁLISE AO UTILIZAR A DFC E A DVA

A avaliação da empresa através de índices, conforme será apresentado a seguir, exige obrigatoriamente a comparação com padrões e a fixação da importância relativa de cada índice.

Para Matarazzo (2010, p. 81), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”, ou seja, servem na medição dos diversos aspectos econômicos e financeiros das empresas.

Porém o autor Marion (2009, p. 24), diz que “os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes por si só”.

No que diz respeito à quantidade de índices, Matarazzo (2010, p. 82) ainda discorre que, eles deverão ser suficientes para o que se deseja na análise, pois quanto mais índices incluirmos na pesquisa, menos informações terão.

Quanto aos principais índices, embora alguns profissionais do meio tenham alguns pontos em comum, existem muitas diferenças em suas análises. Certos índices são usados por praticamente todos os analistas, outros, porém, nem sempre fazem parte dos modelos de análise. Matarazzo (2010, p. 84) em sua obra *Análise financeira de balanços*, diz que:

Cada autor apresenta um conjunto de índices que, de alguma forma, difere dos demais. Mesmo com relação aos índices que constam de praticamente todas as obras e trabalhos, sempre há algumas pequenas diferenças de fórmula. Por exemplo, no que tange à rentabilidade do Patrimônio Líquido, há autores que apresentam a rentabilidade sobre o patrimônio líquido inicial, outros sobre o patrimônio líquido médio e outros sobre o patrimônio líquido final. Com relação à participação de capitais de terceiros ou endividamento,

também existem fórmulas diferentes. Há aqueles que calculam esse índice com relação ao total do passivo da empresa, outros que calculam em relação ao total do passivo da empresa, outros que o calculam em relação ao patrimônio líquido e outros, ainda, que invertem o índice, calculando a relação entre ativos e capitais de terceiros, são, contudo, pequenas diferenças que não chegam a afetar propriamente a análise (MATARAZZO, 2010, p. 84).

Apresentam-se a seguir os principais índices que devem ser utilizados na análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Quanto à **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**, os principais índices, para Marion (2009, p. 204) são:

- **Cobertura de juros:** nesse caso, o caixa gerado nas operações (CGO) seria antes dos impostos, ou seja, com ele se calcula por quanto tempo a empresa trabalharia somente para pagar juros;

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Operações}}{\text{Juros pagos no período}}$$

- **Capacidade de quitar dívidas:** nesse caso o caixa gerado nas operações (CGO) seria depois do pagamento dos impostos e juros. Também seriam subtraídos os dividendos pagos no período, pois eles (os dividendos) são obrigações anuais repetitivas. Esse índice poderia ter no denominador toda a dívida da empresa, incluindo o curto prazo;

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Operações após Operações Financeiras}}{\text{Financiamentos Onerosos}}$$

- **Taxa de retorno do caixa:** esse indicador poderia ser calculado sobre o ativo operacional e, até mesmo, saber o patrimônio líquido, líquido, calculando-se a taxa de retorno do caixa em relação aos recursos investidos pelos proprietários;

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Operações}}{\text{Ativo}}$$

- **Nível de recebimento das vendas:** esse indicador é bom quando comparado com anos anteriores e com as concorrentes, avaliando-se política de crédito, cobrança etc.;

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Vendas}}{\text{Vendas}}$$

- **Capacidade de novos investimentos:** mede a capacidade de gerar recursos, após pagamento dos dividendos, para a continuidade do negócio, financiando com recursos próprios novos imobilizados. Nesse caso, a empresa poderia adquirir os novos investimentos com recursos regados no caixa. Esse índice poderia ser sobre o ativo permanente, dando-se maior abrangência;

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Operações após Operações Financeiras}}{\text{Novos Investimentos no Imobilizado}}$$

Os principais índices que aparecem no numerador, ainda segundo Marion (2009, p. 240), para analisar a **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** são:

- **Potencial do ativo em gerar riqueza:** esse índice mede quanto cada real investido no ativo gera de riqueza (valor adicionado), a ser transferido para vários setores que se relacionam com a empresa, nesse caso o administrador poderia argumentar que, se o retorno econômico não foi tão especial, o resultado social superou a expectativa (remuneração do quadro de funcionários, diretores, pagamento de impostos, acionistas, etc. são relevantes em relação ao mercado);

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo}}$$

- **Retenção da receita:** esse percentual mostra quanto fica dentro da empresa, acrescentando valor ou benefício para funcionários, acionistas, governo, financiadores e lucro retido. Nesse caso, uma análise horizontal (vários anos ou períodos) mostra a tendência da empresa em aumentar ou diminuir a receita que fica lá dentro;

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Receita Total}}$$

- **Valor adicionado per capita:** é uma forma de avaliar quanto cada empregado contribui para a formação da riqueza da empresa. De certa forma, é um indicador de produtividade que informa a participação de cada empregado na riqueza gerada na organização;

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº de funcionários (média)}}$$

Os principais índices que são destacados no denominador, para Marion (2009, p. 240), ao analisar a **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** são relacionados à distribuição da riqueza gerada na organização. São eles:

empregados, juros, dividendos, impostos, e lucro reinvestido, que deverão ser divididas pelo valor adicionado conforme é demonstrado a seguir:

<u>Empregados</u> Valor Adicionado
<u>Juros</u> Valor Adicionado
<u>Dividendos</u> Valor Adicionado
<u>Impostos</u> Valor Adicionado
<u>Lucro Reinvestido</u> Valor Adicionado

Numa análise horizontal (seqüência de períodos), esses índices são relevantes para analisar a tendência de distribuição da riqueza, conforme mostra o quadro 7 abaixo.

Distribuição	20X1	20X2	20X3
Empregados	%	%	%
Juros	%	%	%
Dividendos	%	%	%
Impostos	%	%	%
Lucro reinvestido	%	%	%
Total	100%	100%	100%

Quadro 7: Análise horizontal

Fonte: Adaptado de MARION (2009, p. 242)

Conforme descrito anteriormente existem ainda inúmeros índices para avaliação das demonstrações analisadas no presente trabalho. Porém a principal função deste não é criar um padrão de análise fixo para a DFC e a DVA, e sim, apresentar um exemplo de visualização da situação de uma empresa, conforme parâmetros pré-definidos.

2.5 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Um dos elementos mais importantes na tomada de decisões relacionadas a uma empresa é a análise das suas demonstrações contábeis. A política financeira de uma empresa tem reflexo nas demonstrações contábeis e é através da sua análise que se podem conhecer os seus objetivos. A análise de balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. É de primordial importância, portanto, para todos que pretendam relacionar-se com uma empresa, quer como fornecedores, financiadores, acionistas e até como empregados.

O objetivo desse item é mostrar o quanto a contabilidade e a administração financeira são importantes quando se fala em demonstrações contábeis, pois a partir da coleta de dados feita pelos contadores é que os administradores tomam as decisões da forma que julgam corretas e precisas.

No que se referem às atividades financeiras (tesoureiro) e contábeis (*controller*), estas estão intimamente relacionadas e com frequência se sobrepõem. Na verdade, segundo Gitman (2004, p. 10),

nem sempre é fácil distinguir entre administração financeira e contabilidade. Em empresas de pequeno porte, o controller comumente ocupa a função financeira, e em empresas grandes muitos contadores estão envolvidos em diversas atividades da área financeira. Entretanto, existem duas diferenças básicas entre finanças e contabilidade: uma está relacionada à ênfase em fluxos de caixa, e a outra, à tomada de decisões.

Neste mesmo sentido, Lunkes e Schnorrenberger (2009, p. 12) discorrem sobre o conceito de *controller* em sua obra intitulada Controladoria na Coordenação dos Sistemas de Gestão:

Ele (o *controller*) pode ser desde o responsável pela contabilidade e a geração dos relatórios dela decorrentes, até o estrategista que participa do planejamento e presta suporte a todo quadro gerencial da organização. Também pode-se observar que o conceito tem evoluído e assim, definições estereotipadas devem ser constantemente testadas, caso contrário, corre-se o risco de prejudicar seu desenvolvimento.

Quando se fala em administração financeira, Gitman (2004, p.13) diz que o seu principal objetivo é o de maximizar a riqueza dos sócios/acionistas. Para tanto, as atribuições do administrador financeiro podem ser sintetizadas em três atividades básicas:

1. Realização de análise e planejamento financeiro;

2. Tomada de decisões de investimentos; e,
3. Tomada de decisões de financiamento.

A gestão financeira é um conjunto de ações e procedimentos administrativos que envolvem o planejamento, a análise e o controle das atividades financeiras da empresa. Gitman (2004, p. 13) apresenta que o objetivo principal da gestão financeira é melhorar os resultados apresentados pela empresa e aumentar o valor do patrimônio por meio da geração de lucro líquido proveniente das atividades operacionais. Uma correta administração financeira permite que se visualize a atual situação da empresa.

Registros adequados permitem análises e colaboram com o planejamento para aperfeiçoar resultados. A falta da administração financeira adequada pode causar os seguintes problemas:

- Não ter as informações corretas sobre saldo do caixa, valor dos estoques das mercadorias, valor das contas a receber e das contas a pagar, volume das despesas fixas e financeiras. Isso ocorre porque não é feito o registro adequado das transações realizadas;
- Não saber se a empresa está tendo lucro ou prejuízo em suas atividades operacionais, porque não é elaborado o demonstrativo de resultados;
- Não calcular corretamente o preço de venda, porque não são conhecidos seus custos e despesas;
- Não conhecer corretamente o volume e a origem dos recebimentos, bem como o volume e o destino dos pagamentos, porque não é elaborado um fluxo de caixa, um controle do movimento diário do caixa;
- Não saber o valor patrimonial da empresa, porque não é elaborado o balanço patrimonial;
- Não saber quanto os sócios retiram de pró-labore, porque não é estabelecido um valor fixo para a remuneração dos sócios;
- Não saber administrar corretamente o capital de giro da empresa, porque o ciclo financeiro de suas operações não é conhecido;
- Não fazer análise e planejamento financeiro da empresa, porque não existe um sistema de informações gerenciais (fluxo de caixa, demonstrativo de resultados e balanço patrimonial) (GITMAN, 2004).

Enfim, a função primordial do contador é produzir e divulgar dados para a mensuração do desempenho da empresa, avaliando sua posição financeira, e para pagamento de impostos. Já o administrador financeiro, dá mais ênfase aos fluxos de caixa, na entrada e saída de caixa. Ele mantém a solvência da empresa planejando os fluxos de caixa necessários para que ela cumpra suas obrigações e adquira os ativos necessários para alcançar seus objetivos. No entanto, os administradores financeiros, ao se concentrarem nos fluxos de caixa, devem ser capazes de evitar a insolvência e ajudar a empresa a atingir seus objetivos financeiros.

3 ESTUDO DE CASO

Este capítulo aborda inicialmente uma breve apresentação da empresa exemplo, e depois a descrição e a análise do estudo. Na seqüência apresentam-se informações contábeis sobre a empresa estudada. E finalmente as análises e conclusões pertinentes sobre o assunto abordado.

3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA EXEMPLO

A empresa exemplo atua de forma significativa junto aos diversos segmentos corporativos e com operadoras de telefonia. Por não querer ser identificada, as únicas informações que se pode divulgar, é que se trata de uma empresa situada no sul do Brasil e que a empresa está em estudo para converter-se de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima (S.A.).

As demonstrações contábeis da empresa exemplo foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 convertida em Lei nº 11.941/2009. A Lei nº 11.638 atualizou a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas, no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS). Em 2009, novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis foram expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade e aprovados por deliberações da CVM, para aplicação mandatária a partir de 2010.

Considerando a extensão e complexidade das alterações introduzidas pelos referidos pronunciamentos, a empresa está avaliando os reflexos das aplicações dos mesmos às suas Demonstrações Contábeis, ao tempo que acompanha as discussões e os debates no mercado. Nesse momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática desses pronunciamentos, a empresa entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Assim, conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, a empresa optou por não adotar antecipadamente, nas Demonstrações Contábeis de 2009, os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados pela CVM, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

3.2 ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Ao analisar o balanço patrimonial da empresa exemplo, serão usados os índices de liquidez apresentados por Marion (2009, p. 73 a 81).

Para Marion (2009, p. 73) esses índices:

são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. Sendo de grande importância para a administração da continuidade da empresa, as variações destes índices devem ser motivos de estudos para os gestores.

Na figura 2 está transcrito o Balanço Patrimonial referente aos exercícios de 2008 e de 2009 seguido de sua análise financeira.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009

(Em Reais)

Ativo

	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	3.766.230	114.959
Aplicações financeiras	1.501.909	4.146.797
Clientes a receber	7.516.594	8.446.959
Estoques	4.317.221	6.474.266
Adiantamentos diversos	934.135	639.651
Créditos tributários	243.222	225.821
Despesas pagas antecipadamente	10.631	4.859
Depósitos judiciais recursais	50.182	4.809
Outros créditos	23.375	-

	<u>18.363.499</u>	<u>20.058.121</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários	77.484	-
Partes relacionadas	36.258	35.232
Outros créditos	42.625	-
	<u>156.367</u>	<u>35.232</u>
Investimentos	286.029	110.647
Imobilizado	4.497.228	4.058.308
Intangível	6.163.311	4.872.368
	<u>10.946.568</u>	<u>9.041.323</u>
Total do Ativo	<u>29.466.434</u>	<u>29.134.676</u>

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009

(Em Reais)

Passivo

	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.893.820	231.095
Fornecedores a pagar	1.459.300	1.308.374
Adiantamento de clientes	5.218.210	3.839.771
Obrigações tributárias	648.491	893.945
Obrigações sociais e trabalhistas	1.247.838	790.399
Provisão para contingências	18.400	180.811
Dividendos a pagar	224.883	504.283
Outras obrigações	2.952	1.549
	<u>10.713.894</u>	<u>7.750.227</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	5.038.207	3.390.097
Partes relacionadas	-	-
Provisão para contingências	945.460	1.298.231
Receitas diferenciadas	990.032	961.482
	<u>6.973.699</u>	<u>5.649.810</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	9.378.656	9.378.656
AFAC's	-	-
(-) Ações em tesouraria	-	-
Reserva de:	-	-

<i>Capital</i>	-	-
<i>Reavaliação</i>	1.573.504	1.637.620
<i>Lucros</i>	826.681	4.718.363
Prejuízos acumulados	-	-
	11.778.841	15.734.639
Total do Passivo	29.466.434	29.134.676

Figura 2: Balanço Patrimonial

Fonte: Empresa exemplo, anos 2008 e 2009.

As informações para o cálculo dos índices são retiradas unicamente do Balanço patrimonial, demonstração contábil que evidência a posição patrimonial da entidade, devendo ser atualizadas constantemente para uma correta análise. O autor Marion (2009, p. 73) apresenta três tipos de capacidade e quatro índices de liquidez:

3.2.1 Capacidade de pagamento a curto prazo

É a capacidade de quantos reais a empresa dispõem imediatamente disponíveis e conversíveis em certos prazos em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo.

- Índice de liquidez corrente ou liquidez comum – LC

Mostra a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, por meio da fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O índice de liquidez corrente da empresa exemplo é de $20.058.120 / 7.750.227 = \mathbf{R\$ 2,59 \text{ em } 2008}$ e $18.363.499 / 10.713.894 = \mathbf{R\$ 1,71 \text{ em } 2009}$. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida havia R\$ 2,59 em 2008 e R\$ 1,71 em 2009 de dinheiro e valores que se transformaram em dinheiro (ativo circulante).

- Índice de liquidez seca – LS

Mostra as chances que a empresa teria para pagar suas dívidas com o Disponível e Duplicatas a Receber, se a empresa sofresse uma total paralisação de suas vendas, ou se seu estoque se tornasse obsoleto, por meio da fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O índice de liquidez seca da empresa exemplo é de $(20.058.120 - 6.474.266) / 7.750.227 = \mathbf{R\$ 1,75 \text{ em } 2008}$ e $(18.363.499 - 4.317.221) / 10.713.894 = \mathbf{R\$ 1,31 \text{ para em } 2009}$. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de passivo circulante havia R\$ 1,75 em 2008 e R\$ 1,31 em 2009 de ativo circulante, sem os estoques.

3.2.2 Capacidade de pagamento a longo prazo

Essa capacidade serve para detectar a saúde financeira (no que se refere à liquidez) de longo prazo do empreendimento.

- Índice de Liquidez Geral – LG

Mostra a capacidade de pagamento da empresa a Longo Prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo), ou seja:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

O índice de liquidez geral da empresa exemplo é de $(20.058.120 + 35.232) / (7.750.227 + 5.649.810) = \mathbf{R\$ 1,50 \text{ em } 2008}$ e $(18.363.499 + 156.367) / (10.713.894 + 6.973.699) = \mathbf{R\$ 1,05 \text{ em } 2009}$. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, havia R\$ 1,50 em 2008 e R\$ 1,05 em 2009 de valores a receber a curto e longo prazo.

3.2.3 Capacidade de pagamento em prazo imediato

Esta capacidade representa o que dispomos imediatamente, para quitar nossas dívidas, que nesse caso, o fluxo de caixa é o melhor instrumento para prever ou prevenir tais acontecimentos.

- Índice de Liquidez Imediata – LI

Mostra o quanto dispõe imediatamente para saldar nossas dívidas de curto prazo, ou seja:

$$\frac{\text{Disponibilidades: (Caixa + Bancos + Aplicações de Curtíssimo Prazo)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O índice de liquidez imediata da empresa exemplo é de $(114.959 + 4.146.797) / 7.750.227 = \mathbf{R\$ 0,55}$ em 2008 e $(3.766.230 + 1.501.909) / 10.713.894 = \mathbf{R\$ 0,49}$ em 2009. Para efeito de análise, é um índice sem muito realce, pois relacionamos dinheiro disponível com valores, que vencerão em datas o mais variadas possível, embora a curto prazo. Assim, temos contas que vencerão daqui a cinco ou dez dias, como temos também as que vencerão daqui a 360 dias, e que não se relacionam com a disponibilidade imediata.

Enfim, para ilustrar segue a figura 3, que representa os índices que foram analisados no balanço patrimonial e seus respectivos valores acima comentados.

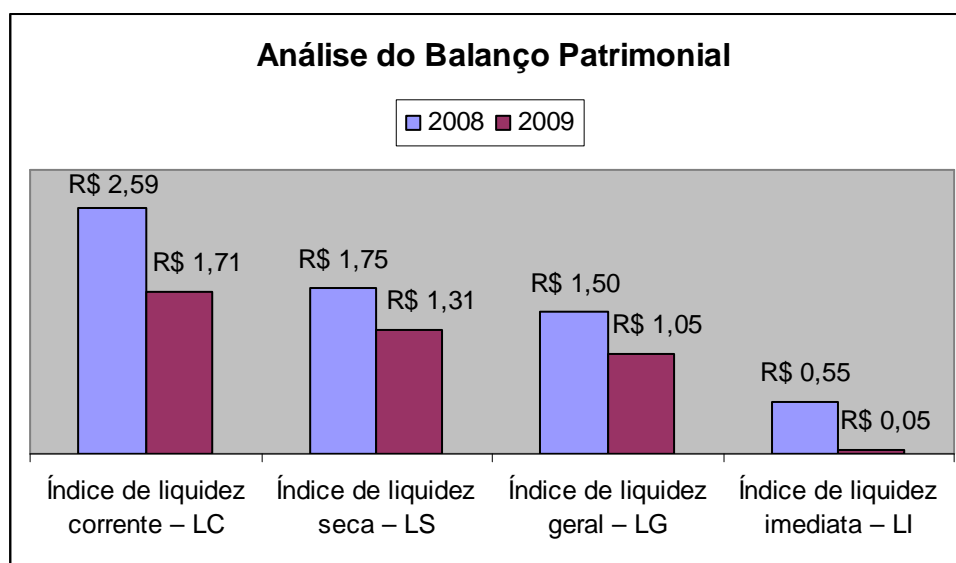


Figura 3 : Análise do Balanço Patrimonial

Fonte: Empresa exemplo, anos 2008 e 2009.

3.3 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Em sua obra *Análise das Demonstrações Contábeis* (2009, p. 55 e 56), Marion afirma que a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamento e/ou segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Essa demonstração será apresentada de forma indireta (com base no Lucro/Prejuízo do Exercício).

3.3.1 Explicação sobre a demonstração dos fluxos de caixa (modelo indireto)

A seguir será apresentada, em quatro itens, uma breve explicação sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa (modelo indireto), com base na obra *Análise das Demonstrações Contábeis* de José Carlos Marion (2009, p. 56 e 57).

- **Ajuste do lucro líquido referente a despesa não desembolsável**

Há determinados itens que reduzem o Lucro Líquido na DRE que não representam saída de dinheiro. Daí, o fato de se adicionar novamente Depreciação, que é um item econômico e não financeiro. A Depreciação não significa um desembolso, mas um fato econômico.

- **Ajuste do lucro líquido no circulante**

Como regra geral, temos:

- Os *aumentos* no Ativo Circulante provocam uso de dinheiro (caixa); as *reduções* do Ativo Circulante produzem caixa (origem de caixa);
- Os *aumentos* do Passivo Circulante evitam saída de mais dinheiro, aumentando o caixa; as *reduções* do Passivo Circulante significam que o pagamento foi feito, reduzindo o caixa (uso de caixa);

- Para calcular as variações líquidas, basta subtrair o saldo anterior do saldo atual das contas do Circulante (Ativo e Passivo).

- **Atividades de investimentos**

Referem-se ao Não Circulante da empresa. Quando uma empresa compra máquinas, ações, prédios etc., reduz o caixa. Quando a empresa vende esses itens, aumenta o caixa.

- **Atividades de financiamentos**

Os financiamentos poderão vir dos *proprietários* (aumento de Capital em dinheiro) ou de terceiros (financiamentos, bancos etc.).

Baseando-se nestas informações, pode-se perceber que outras informações financeiras podem ser obtidas através da DFC. Por isso está descrita a seguir essa demonstração na forma da figura 4.

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

De 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008
e de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.

(Em Reais)

	31/12/2009	31/12/2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido de exercício	(1.850.111)	2.017.131
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores	(1.355.687)	-
Ajustes para reconciliação do resultado:		
Depreciações e amortizações	945.236	593.500
Equivalência patrimonial	(114.048)	(64.039)
Provisão para contingências (Reversão)	-	1.298.231
Provisão para garantia (Reversão)	(162.411)	-
Provisão para Sociais e Trabalhista (Reversão)	(352.771)	-
	(2.889.792)	3.844.823
Variações nos ativos		
Clientes a receber	930.364	(3.886.912)
Estoques	2.154.045	(3.751.399)
Créditos tributários	(94.886)	187.877
Partes relacionadas	(1.025)	7.571
Outros	(411.629)	33.719
	2.576.869	(7.409.144)
Variações nos passivos		
Fornecedores a pagar	150.926	526.187

Adiantamentos de clientes	1.378.439	2.714.814
Obrigações tributárias	(245.454)	578.561
Obrigações sociais e trabalhistas	457.439	351.867
Outros	1.403	28
	1.742.753	4.171.457
Caixa líquida gerado/consumido pelas atividades operacionais	1.429.830	607.136
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições aos ativos intangíveis e imobilizado	(2.675.098)	(2.612.141)
Participações societárias	(61.333)	(37.572)
Adições à receita diferida	28.550	615.988
	(2.707.881)	(2.033.725)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação de empréstimos e financiamentos	3.310.834	(2.425.104)
Ingresso (saída) de capital	-	7.778.656
Distribuição de dividendos	(1.029.400)	(900.000)
	2.281.434	4.453.552
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA	1.006.384	3.026.963
Saldo de Caixa no início do exercício	4.261.756	1.234.793
Saldo de Caixa no final do exercício	5.268.140	4.261.756

Figura 4: Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Fonte: Empresa exemplo, anos 2008 e 2009.

Constata-se que a empresa tinha um fluxo de caixa maior em 2008 do que em 2009, advindo essencialmente das atividades de financiamento.

Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa

	2009	2008
Atividades operacionais	1.429.830	607.136
Atividades de financiamento	2.281.434	4.453.552
Atividades de investimento	-2.707.881	-2.033.725
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	1.003.383	3.026.963

Esta primeira análise mostra estas tendências:

1. as fontes básicas de fluxo de caixa da empresa são as atividades operacionais e de financiamento, e isso indica que a atividade operacional não é suficiente para a manutenção do negócio;
2. os aumentos de fluxo de caixa são na maioria das vezes reinvestidos no negócio, por exemplo em novas tecnologias de mobilidade para seus oferecer aos seus clientes.

A seguir estão dispostos os quadros 8 e 9 que mostram a análise da DFC da empresa exemplo e a síntese dos índices sobre a DFC, respectivamente.

	2009	2008
Receita recebida	27.898.297	26.225.368
(-) Custos pagos	(22.221.176)	(15.860.972)
a) Caixa nas operações	5.677.122	10.364.396
(-) Despesas vendas/administrativas	(4.244.291)	(9.757.261)
b) Caixa gerado nas operações	1.432.831	607.135
(-) Despesas não operacionais	515.181	-
c) Caixa após itens não operacionais	1.948.012	607.135
(-) Despesas financeira pagas	(567.189)	(991.365)
d) Caixa após operações financeiras	1.380.823	(384.230)
(-) Amortização de empréstimos	(945.236)	(593.500)
e) Caixa após amortização de empréstimos	435.587	(977.730)
(-) Novos financiamentos	-	7.778.656
f) Caixa após novas fontes	435.587	6.800.926
(-) Aquisição de imobilizado	(4.832.552)	(2.539.170)
g) Caixa líquido final	5.268.139	4.261.756

Quadro 8: Quadro de análise da DFC - Empresa Exemplo

Fonte: Apurado com os dados da empresa

	2009	2008
	1.432.831	607.135
	477.610	590.023
Cobertura de juros	3,00	1,00
	1.380.823	(384.230)
	1.893.820	231.095
Capacidade de quitar dívidas	0,73	(1,66)
	1.432.831	607.135
	29.466.434	29.134.676
Taxa de retorno de caixa	0,05	0,02
	27.898.297	26.225.368
	31.211.345	29.296.187
Nível de recebimento das vendas	0,89	0,90
	1.380.823	(384.230)
	610.333	87.572
Capacidade de novos investimentos	2,26	(4,39)

Quadro 9: Síntese dos índices sobre a DFC

Fonte: Apurado com os dados da empresa

Para melhor visualização dos valores acima descritos no quadro 09, segue a figura 5.

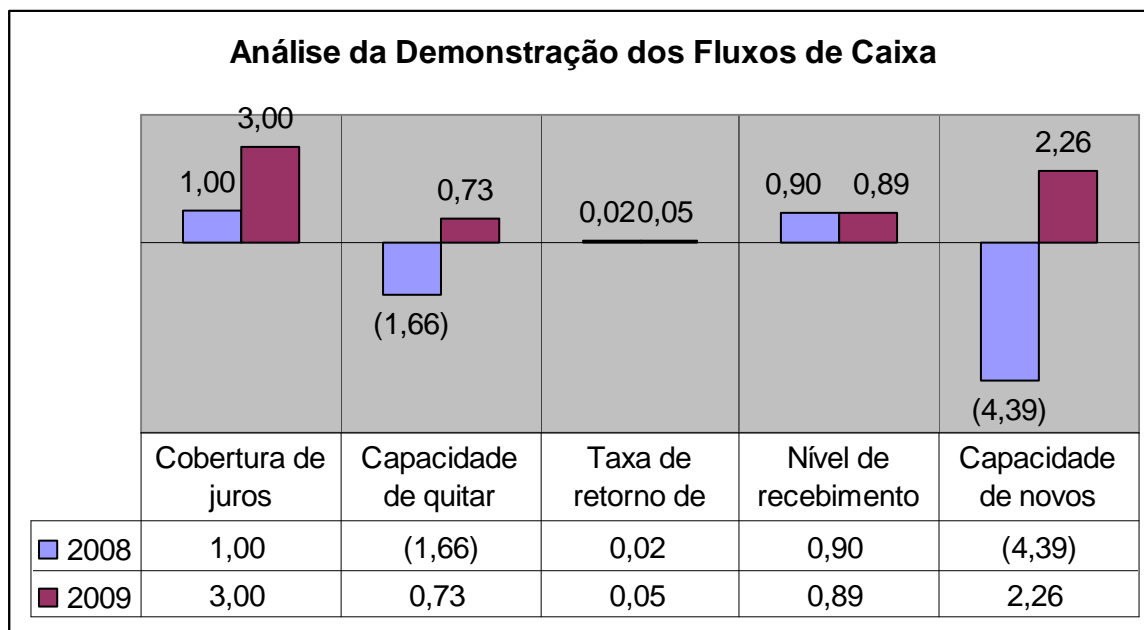


Figura 5: Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa
 Fonte: Apurado com os dados da empresa

O índice **Cobertura de juros**, onde o caixa gerado nas operações (CGO) seria antes dos impostos, ou seja, com ele se calcula por quanto tempo a empresa trabalharia somente para pagar juros. Em 2009 cada R\$ 1,00 pagos foram gerados R\$ 3,00 de caixa na atividade operacional e em 2008 cada R\$ 1,00 pagos foram gerados R\$ 1,00 de caixa. Ou seja, a empresa trabalhou 4 meses (12/3) para gerar caixa relativo aos juros de 2009 e em 2008 trabalhou o ano todo apenas para pagar juros, em função de novos financiamentos.

Já sobre o quociente **Capacidade de quitar dívidas**, o caixa gerado nas operações (CGO) seria depois do pagamento dos impostos e juros. Também seriam subtraídos os dividendos pagos no período, pois eles (os dividendos) são obrigações anuais repetitivas. Esse índice poderia ter no denominador toda a dívida da empresa, incluindo o curto prazo. A empresa exemplo gerou recursos para pagar 73% da dívida em 2009, porém em 2008 não conseguiu obter nenhum recurso para quitar a dívida, pois tratou-se de um ano de grandes investimentos estruturais.

Com relação ao índice **Taxa de retorno do caixa**, este indicador poderia ser calculado sobre o ativo operacional e, até mesmo, saber o patrimônio líquido, líquido, calculando-se a taxa de retorno do caixa em relação aos recursos investidos pelos proprietários. Assim, em 2009 o ativo da empresa gerou 5% de recuperação de caixa, demorando em média 20 anos para converter seu equivalente a ativo em

caixa, e, em 2008 o ativo da empresa gerou 2% de recuperação demorando em torno de 50 anos para realizar essa conversão.

O quociente **Nível de recebimento das vendas** mostrou que no ano de 2008 fora recebido 90% das vendas, e, em 2009 recebeu-se 89% das vendas. Esse indicador é bom quando se pode comparar com anos anteriores e com as concorrentes, avaliando-se política de crédito, cobrança etc.

Por fim, o quociente **Capacidade de novos investimentos**: mede a capacidade de gerar recursos, após pagamento dos dividendos, para a continuidade do negócio, financiando com recursos próprios novos imobilizados. Nesse caso, a empresa poderia adquirir os novos investimentos com recursos regados no caixa. Esse índice poderia ser sobre o ativo permanente, dando-se maior abrangência. A empresa exemplo fez grandes financiamentos em 2008, porém, em função de boa administração financeira em 2009 já havia capacidade de novos investimentos disponíveis.

3.4 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO (DVA)

Tradicionalmente, as análises efetuadas com base nas demonstrações contábeis consideram as avaliações patrimoniais, econômicas e financeiras. O importante é destacar que tais análises têm por objetivo o fornecimento de informações que possam auxiliar na tomada de decisões.

Para Santos (2007, p. 221) “a utilização da DVA, no conjunto de informações produzidas pelas empresas, poderá dar condições de comparação entre grandezas econômicas que, antes, apenas com base nas demonstrações contábeis tradicionais, não eram possíveis”.

Enfim, entende-se que a demonstração do valor adicionado representa excelente instrumentos de análise e poderá ser utilizada por todos os que pretendam entender um pouco melhor as relações da sociedade. A contabilidade nacional já se tem servido desse instrumento, mas agora surge a grande oportunidade de passar a utilizá-la como forma de individualizar a participação de cada empresa na formação e distribuição da riqueza.

A seguir é feita uma análise sobre informações obtidas na Demonstração do

Valor Adicionado (Figura 6).

Demonstração do Valor Adicionado

De 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008
e de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.

(Em Reais)

	31/12/2009	31/12/2008
1 - Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	30.071.694	29.364.295
Outras receitas	149.187	60.091
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	-	-
	30.220.881	29.424.386
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custos de mercadorias, produtos e serviços vendidos	(12.808.812)	(9.483.615)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	(7.385.400)	(6.012.123)
Perda/recuperação de valores de ativos	-	-
	(20.194.212)	(15.495.738)
3 - Retenções		
Depreciações, amortizações e exaustões	515.181	(593.500)
	515.181	(593.500)
4 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (1 - 2 - 3)	10.541.850	13.335.148
5 - Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	114.048	64.039
Receitas financeiras	652.159	192.397
	766.207	256.436
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	11.308.057	13.591.584
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	7.333.925	4.894.416
Benefícios	1.456.021	950.899
FGTS	390.845	310.031
Provisões - contingências trabalhistas	-	1.298.231
	9.180.791	7.453.577
Tributos		
IRPJ e CSLL	1.451.770	1.169.569
INSS	1.479.768	995.201
Outros	261.373	824.018
	3.192.911	2.988.788
Remuneração do Capital de Terceiros		
Juros	567.189	991.365
Aluguéis	153.162	39.207
	720.351	1.030.572
Remuneração do Capital Próprio		
Dividendos destinados	-	504.283
	-	504.283
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	(1.785.995)	1.614.365

VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO

11.308.058

13.591.585

Figura 6: Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: Empresa exemplo, anos 2008 e 2009.

A seguir evidenciaremos os índices em que o valor adicionado aparece no numerador: potencial do ativo em gerar riqueza, retenção da receita e valor adicionado per capita.

	2009	2008
Potencial do ativo em gerar riqueza	11.308.058 29.466.434 38%	13.591.585 29.134.676 47%
Retenção da receita	11.308.058 30.220.881 37%	13.591.585 29.424.385 46%
Valor adicionado per capita	11.308.058 250 45.232,23	13.591.585 200 67.957,93

Quadro 10: Quadro de índices que o valor adicionado aparece no numerador - Empresa Exemplo

Fonte: Apurado com os dados da empresa

O índice **potencial do ativo em gerar riqueza** do quadro acima, demonstra que para cada R\$ 1,00 investido no ativo gerou 38% em 2009 e 47% em 2008, de riqueza a ser transferido para vários setores que se relacionam com a empresa.

Dessa forma, o quociente **retenção da receita** mostrou que houve uma diminuição de comprometimento da receita. Em 2009, da receita total, 37% fora comprometida com terceiros e, em 2008, esse índice foi de 46%.

Porém o índice **valor adicionado per capita** apresentou uma queda de 2008 para 2009. Isso é explicado pela contratação de mais funcionários e pela diminuição do valor adicionado. Em 2009 o valor adicionado por funcionário foi de R\$ 45.232,23 e em 2008 foi de R\$ 67.957,93.

Os índices que são destaques no denominador são: empregados, juros, dividendos, impostos, e lucro reinvestido, que deverão ser divididas pelo valor adicionado conforme é demonstrado no quadro 11 e figura 7 a seguir:

	2009	2008
Empregados	9.180.791 11.308.058 81%	7.453.577 13.591.585 55%
Juros	720.351 11.308.058 6%	1.030.572 13.591.585 8%
Dividendos	- 11.308.058 0%	504.283 13.591.585 4%
Impostos	3.192.911	2.988.788

	11.308.058	28%	13.591.585	22%
Lucro reinvestido	(1.785.995)		1.614.365	
	11.308.058	-16%	13.591.585	12%
Total		100%		100%

Quadro 11: Quadro de índices que o valor adicionado aparece no denominador - Empresa Exemplo
Fonte: Apurado com os dados da empresa

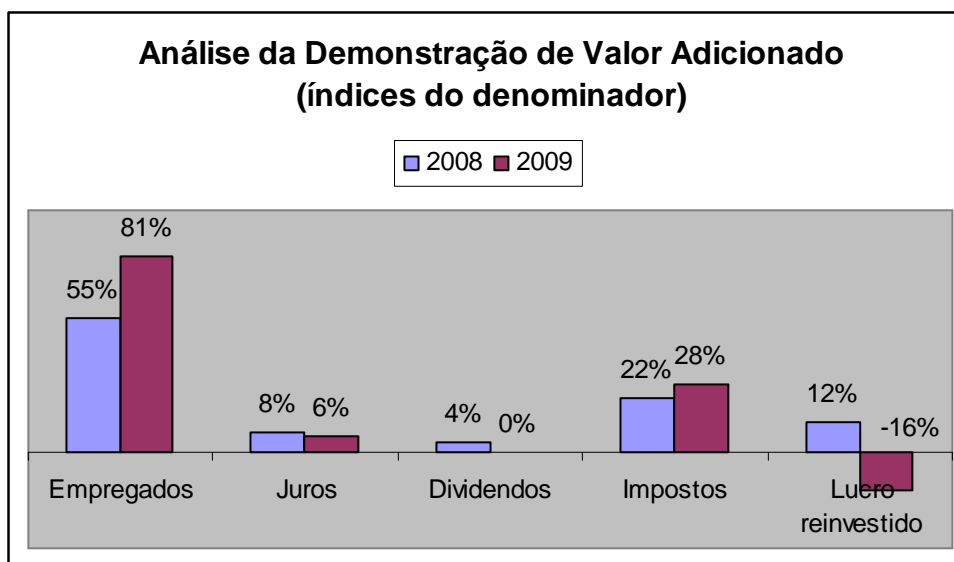


Figura 7: Análise da Demonstração de Valor Adicionado (índices do denominador)

Fonte: Apurado com os dados da empresa.

No quadro acima dos seis índices, três destacam-se pela grande diferença entre eles: empregados e lucro reinvestido.

Enquanto observamos uma estabilidade nos itens juros, dividendos e impostos, percebemos que o índice empregados tem aumentado e o índice lucros reinvestidos tem diminuído.

E, por fim, o valor adicionado líquido gerado pela empresa demonstra que no ano de 2008 foi de R\$ 13.591.585, correspondendo a 46% da receita de R\$ 29.424.385. No ano de 2009, essa relação diminuiu para 37% (R\$ 11.308.058 de um total de R\$ 30.220.881), ou seja, as riquezas geradas pela empresa diminuíram 9% em relação a 2008.

3.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No Brasil, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não são ainda muito comuns, embora sejam instrumentos

importantes da gestão financeira, pois, como foi trabalhada, a DFC pode fornecer um resumo de informações relevantes sobre o fluxo operacional, de financiamento e investimento da empresa, conforme citado por Gitman (2004), além de ser utilizada para analisar as condições de solvência e liquidez da empresa. Já a DVA mostra a sua utilidade através da identificação das riquezas geradas e como são distribuídas pela empresa, conforme exposto por Blatt (2001), e torna-se, também, instrumento de análise das transformações financeiras da empresa.

A análise feita apenas sobre o Balanço Patrimonial indica uma boa capacidade de pagamento das obrigações. Mas através da análise da DFC, verifica-se que na empresa exemplo, nos períodos de 2008 a 2009, as fontes básicas de fluxo de caixa da empresa são as atividades operacionais e de financiamento, e isso indica que a atividade operacional não é suficiente para a manutenção do negócio e que os aumentos de fluxo de caixa são na maioria das vezes reinvestidos no negócio.

Existe uma tendência de crescimento no endividamento a longo prazo, que pode ser explicado principalmente pelo aumento em 2008 do exigível, em especial o passivo exigível a longo prazo, através de uma ampliação da empresa, na parte estrutural e novas tecnologias para atender seus clientes.

Percebe-se que existe um elo entre a DFC e o Balanço Patrimonial. Conforme Thiesen (2000), “toda movimentação de caixa terá reflexo no comportamento das demais contas do balanço”, por isso a análise da DFC enriquece a análise de balanços.

Ao analisar a DFC, demonstrou-se que a empresa trabalhou 4 meses para gerar caixa relativo aos juros de 2009 e em 2008 trabalhou o ano todo apenas para pagar juros, em função de novos financiamentos. Já sobre a capacidade de quitar dívidas, a empresa exemplo gerou recursos para pagar 5% da dívida em 2009, porém em 2008 não conseguiu obter nenhum recurso para quitar a dívida, pois tratou-se de um ano de grandes investimentos. Com relação à taxa de retorno do caixa, em 2009 o ativo da empresa gerou 5% de recuperação de caixa, demorando em média 20 anos para converter seu equivalente a ativo em caixa, e, em 2008 o ativo da empresa gerou 2% de recuperação demorando em torno de 50 anos para realizar essa conversão. O nível de recebimento das vendas mostrou que no ano de 2008 fora recebido 90% das vendas, e, em 2009 recebeu-se 89% das vendas. E, por fim, a capacidade de novos investimentos a empresa exemplo fez grandes

financiamentos em 2008, porém, em função de boa administração financeira em 2009 já havia capacidade de novos investimentos disponíveis.

Quanto à demonstração do valor adicionado, os resultados foram positivos de modo geral. O potencial do ativo em gerar riqueza demonstrou que para cada R\$ 1,00 investido no ativo gerou 38% em 2009 e 47% em 2008, de riqueza a ser transferido para vários setores que se relacionam com a empresa. Dessa forma, a retenção da receita mostrou que houve uma diminuição de comprometimento da receita. Porém o índice valor adicionado per capita apresentou uma queda de 2008 para 2009. Enquanto observamos uma estabilidade nos itens juros, dividendos e impostos, percebe-se que a participação dos empregados tem aumentado e o índice lucros reinvestidos tem diminuído no montante total. E, por fim, o valor adicionado líquido gerado pela empresa demonstra que no ano de 2009 diminuiu para 37% ou seja, as riquezas geradas pela empresa diminuíram 9% em relação a 2008.

De uma forma geral, a empresa apresenta uma boa situação financeira e de caixa, porém precisa analisar o prazo de recebimento de seus créditos, pois poderá gerar uma falta de recursos em caixa para pagar suas obrigações que estão aumentando. Neste sentido é que se destaca o poder informacional da DFC, pois permite às organizações, conforme Beuren & Moura (2010), “maior poder preditivo quanto a sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras, vez que propicia um melhor planejamento financeiro, por parte da empresa, em relação a sua disponibilidade de caixa”, evitando excessos ou insuficiências de recursos.

Por fim, constata-se que a DFC e a DVA são instrumentos que podem enriquecer a análise financeira tradicional, pois trazem um maior detalhamento dos motivos que levaram à alteração de determinados índices de liquidez.

Este tipo de análise pode ser feito nos demonstrativos de qualquer outra empresa, desde que estas elaborem a DFC e a DVA, pois estes demonstrativos descrevem de uma forma detalhada os fluxos do caixa e a distribuição dos recursos obtidos pela empresa.

Percebe-se que o nível de informações adicionais que podem ser obtidas através destes demonstrativos irá variar em função das modificações na situação financeira de cada empresa, pois as que mantêm uma regularidade financeira reduzem as questões a serem analisadas, enquanto que as empresas que sofrem fortes alterações na sua estrutura financeira provocam uma perspectiva de análise mais ampla.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude das constantes mudanças no mercado e também na legislação, as empresas precisam de rápida adaptação, tornando-se cada vez mais necessário o controle e planejamento financeiro.

No presente trabalho buscou-se apresentar a contribuição da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos complementares para a gestão financeira das empresas, bem como seus métodos de apresentação e análise das informações das demonstrações contábeis. Para isso, tratou-se de obter evidências bibliográficas que fundamentem a discussão desta problemática, principalmente no âmbito dos usuários internos.

Para tanto, foi feita uma atualização dos estudos acadêmicos sobre este tema, revisando os conceitos teóricos que estão contemplados na apresentação da informação do valor adicionado e da demonstração dos fluxos de caixa. Não deixou-se também de fazer uma abordagem sobre os aspectos metodológicos que abrangem os diferentes critérios de cálculo do benefício distribuído aos grupos envolvidos e os pontos mais polêmicos na determinação destes valores.

Com isso foram expostos alguns indicadores de caráter econômico/financeira, os quais permitem ao usuário externo efetuar uma análise dessas demonstrações financeiras e, assim, abstrair informações complementares para o seu processo decisório.

Por fim, foi realizada uma análise contábil fundamentada nas informações da demonstração dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado. Para isso, foram tomadas como exemplo as informações divulgadas pela empresa exemplo em suas demonstrações contábeis divulgadas nos anos de 2008 e 2009.

Com as alterações da Lei nº 11.638, de 2007, a partir de 2008 a apresentação e a publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado passaram a ser obrigatórias para as companhias abertas. Mas essas demonstrações são de grande valia, mesmo para empresas que não estão obrigadas à sua apresentação, pois servem para auxiliar na análise financeira das empresas.

Conclui-se que a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, quando analisadas em conjunto com as demais demonstrações contábeis, podem auxiliar para que a análise de liquidez das empresas seja realizada de maneira mais eficaz, pois apresenta as variações ocorridas nas disponibilidades da empresa em determinado período: pagamentos, recebimentos e investimentos, informações essas que não constam nas demais demonstrações.

4.1 GENERALIDADES

O problema de pesquisa foi resolvido através de apresentação da fundamentação teórica sobre as demonstrações contábeis estudadas: da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, além das demais demonstrações e índices de avaliação que auxiliaram nas suas análises.

E, a parte prática – análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado de uma empresa – foi desenvolvida na forma de estudo de caso, onde também cumpriu seu papel de esclarecer e exemplificar o problema de pesquisa.

Quanto à pergunta que motivou a pesquisa: **qual a contribuição da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos complementares para a gestão financeira de uma empresa?**; a resposta foi alcançada a partir de análise de dados, organizados em tabelas, quadros, figuras e gráficos, os quais permitem constatar que a referida empresa evidencia a DFC e a DVA. Deste modo, constatou-se que a elaboração e a divulgação dessas demonstrações ajudarão aos administradores e aos investidores na tomada de decisões.

4.2 ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar e demonstrar a contribuição proporcionada pela DFC e pela DVA para uma empresa.

Neste contexto, expõe-se que o primeiro objetivo específico foi alcançado, no intuito de identificar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), bem como de outras demonstrações importantes para a resolução do problema, as quais se encontram apresentadas na fundamentação teórica. Portanto explicitam-se informações sobre os tipos de demonstrações contábeis objetos de estudo e avaliação presentes neste trabalho: BP, DFC, DVA, e a DOAR.

O segundo objetivo específico foi alcançado, o qual trata de analisar as Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) e as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da empresa exemplo, através de índices próprios, todos caracterizados na fundamentação teórica e alguns na própria análise do estudo de caso, através de planilhas e cálculos dos valores envolvidos na presente pesquisa.

Deste modo, o último objetivo específico foi alcançado, a partir das informações disponibilizadas nos demonstrativos da empresa que pretendia mostrar a contribuição da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para a gestão financeira de uma empresa.

Por fim, afirma-se que o presente estudo possibilitou o alcance do objetivo geral proposto, pois mediante levantamento de dados e informações contidos nas demonstrações contábeis, constatou-se que a contribuição da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como instrumentos complementares para a gestão financeira é de suma importância para investidores, administradores, entre outros. Porém, considera-se a existência de um longo caminho a ser percorrido por empresas que ainda não visualizaram a importância da divulgação da DFC e da DVA.

4.3 LIMITAÇÕES

As limitações desta pesquisa consideram somente uma empresa, para análise de dados e informações disponibilizadas no período de 2008 a 2009, das demonstrações contábeis e notas explicativas e mais alguns números essenciais para a análise da DFC e da DVA que não estão evidenciados nas mesmas, principalmente sobre o setor de recursos humanos. Porém, ao não querer ser

identificada, a empresa não divulgou outras informações muito importantes, que devem ser alvo de estudos futuros.

A seguir serão apresentadas as recomendações para trabalhos futuros.

4.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Em razão das limitações acima apresentadas, sugere-se para futuros trabalhos:

- Realizar a presente pesquisa analisando quaisquer empresas de um mesmo setor;
- Realizar uma varredura completa das demonstrações contábeis e demais dados da empresa, envolvendo diversos exercícios sociais, de preferência desde a sua fundação, possibilitando assim, uma análise mais ampla e completa;
- Realizar o mesmo item anterior, porém envolvendo diversas empresas que estejam na mesma situação, ou seja, que são limitadas, que faturam mais de 2 milhões anuais, que apresentam a DFC e a DVA e que não sejam de uma mesmo setor; e,
- Realizar entrevistas e visitas em várias empresas de um mesmo setor que apresentam a DFC e a DVA, para discutir a sua função na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria; MOURA, Verônica de Miglio. **Considerações sobre a demonstração do fluxo de caixa e sua relação com a demonstração das origens e aplicações de recursos.** Disponível em <http://portal2.unisul.br/content/navitacontent_/userFiles/File/pagina_dos_cursos/CCOTB/DF_C_versus_DOAR.pdf>. Acesso em setembro 2010.

BEUREN, Ilse Maria et. al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços:** estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Avaliação da liquidez das empresas através da demonstração de fluxos de caixa.** Revista Contabilidade e Finanças – FIPECAFI – FEA – USP, São Paulo: FIPECAFI. v.14, n. 25. p. 6-23, jan/abr. 2001.

BRASIL. **Lei nº 6.404/1976** - Lei das sociedades por ações, alterada pela Lei 11.638/07 e MP 449/08.

FERREIRA, Ricardo J. **Comentários às alterações contábeis na Lei das S.A.** Comentários à Lei nº 11.638/07, que altera a Lei nº 6.404/76. Disponível em: http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/ricardoferreira_toque93.pdf. Acesso em Setembro de 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira.** 10ª ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sergio de, et al. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUÁRIAS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade Para não Contadores:** Para as Áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco Social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica:** ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darci. **Controladoria na Coordenação dos Sistemas de Gestão.** São Paulo: Atlas, 2009.

LUSTROSA, Paulo Roberto Barbosa. **DOAR** – Uma morte anunciada. *FIPECAFI*. Cadernos de Estudos. v. 9, n.16, São Paulo, jul/dez 1997.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis** – Contabilidade empresarial. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada** - e análise das demonstrações financeiras. 7. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Frase Editora, 1998.

PORTAL DE AUDITORIA. **Demonstração do Fluxo de Caixa**. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/auxiliar-contabilidade-demonstracao-fluxo-caixa.htm>. Acesso em Setembro de 2010.

QUINTANA, Alexandre Costa; SAURIN, Valter; SERAFIN, Annelise da Cruz. **Demonstração de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado como instrumentos efetivos de gestão financeira**: Um estudo de caso da Eletrosul. Revista de Ciências da Administração – v. 5, n. 10, jul/dez 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado**: Aspectos Conceituais e Práticos. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado**: Aspectos Conceituais e Práticos. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, José Pereira da Silva. **Análise financeira das empresas**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

THIESEN, João Arno de Oliveira. **A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento na tomada de decisão**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n.100, p.8-13, mai./2000.